



PARECER JURÍDICO Nº 25/2022

Consultante: Fundo Municipal de Saúde de Aquidabã-SE
Assunto: Minutas de Edital e Contrato para registro de preço para aquisição de medicamentos listados da ABC FARMA.

EMENTA- ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO - MINUTA DO EDITAL E CONTRATO - LEI Nº 8.666/93 - DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.

1. Considera-se aprovada a minuta, caso não haja motivo para insurgir-se contra quaisquer de seus dispositivos;
2. A minuta em que haja necessidade de reparos deve ser aprovada sob a condição de retificar as questões apontadas no Parecer Jurídico;
3. A não retificação do edital, naquilo que é apontado no parecer, acarreta a não aprovação da minuta, não podendo o certame prosseguir.

Procedo à análise da minuta do edital e contrato de processo licitatório a ser deflagrado sob a modalidade pregão eletrônico destinado registrar preço para aquisição de medicamentos listados da ABC FARMA.

O parecer, portanto, está sendo proferido em cumprimento ao mandamento insculpido no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

Para o certame em análise elegeu-se o Pregão Eletrônico, modalidade prevista pela Lei 10.520/02, que simplifica o procedimento para contratação de bens e serviços de natureza comum.

O objeto licitado encaixa-se perfeitamente no conceito de bem comum, afigurando-se correta a decisão do Pregoeiro em adotar essa modalidade licitatória.

Impende ressaltar que a regularidade deste processo licitatório depende da fiel observância das normas legais infraconstitucionais, sem esquecer, contudo, do pleno atendimento aos princípios da legalidade, economicidade, ampla competitividade, dentre outros explícitos no artigo 3º, da Lei nº 8666/93.

X.Y. 21



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha 86

Rubrica 88

Cabe alertar para a necessidade do estrito cumprimento ao disposto no artigo 3º, da Lei nº 10.520/2002, que assim preconiza:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Segundo essa linha de raciocínio, tem-se por necessário que:

1. A individualização do objeto com suas especificações cabe às Secretarias respectivas;
2. No tocante à estimativa de preços, cabe ao Setor competente realizar a prévia pesquisa, encaminhando-as, já consolidadas, à Secretaria licitante;
3. Quanto à dotação orçamentária, tem-se por óbvio caber à Secretaria de Finanças informar a dotação orçamentária e reservar o saldo orçamentário suficiente para atender a esta despesa;
4. No que tange ao Pregoeiro, a ela cabe a preparação das minutas editalícias e contratuais, além de impulsionar o certame e decidir as questões incidentes;
5. Ao Jurídico cabe verificar a compatibilidade das minutas com a legislação em vigor.

Pois Bem. No que concerne aos requisitos de habilitação vislumbro exigências que se amoldam ao disposto nos artigos 27 a 31, da Lei nº 8666/93, acrescentando-se outros específicos a este tipo de contratação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha 87

Rubrica 87

Esclareço que, correta a forma eletrônica, uma vez que concede **ampla concorrência**, bem como tem a finalidade de ampliar, ao máximo, a disputa.

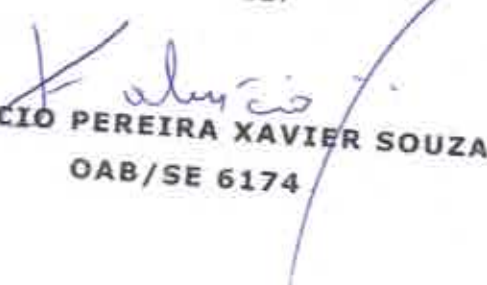
Nesse trilhar, as normas preconizadas pela Lei nº 8666/93, bem como as disposições editadas por norma municipal não de ser plenamente atendidas, sob pena de ilegalidade do ato.

Em relação à formalização do contrato, devem ser observadas e respeitadas as cláusulas contratuais, em atendimento ao disposto no artigo 55 da lei 8.666/93.

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica reconhece a aptidão da minuta do edital e contrato, acaso atendidas as sugestões alhures, devendo o feito seguir em seus ulteriores termos.

É o parecer, s.m.j.

Aquidabã/SE, em 07 de abril de 2022.


FABRÍCIO PEREIRA XAVIER SOUZA
OAB/SE 6174

4